

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ÍCARO FRANCO

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2023

Dourados/MS
2024

ÍCARO FRANCO

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2023

Trabalho de Graduação II apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Dourados/MS
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F825a Franco, Ícaro

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL
ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2023 [recurso eletrônico] / Ícaro Franco. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Roselaine Bonfim de Almeida.

TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024. Disponível no Repositório
Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. indígenas. 2. Brasil. 3. desigualdade. I. Almeida, Roselaine Bonfim De. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO II,
SEMESTRE LETIVO 2023.2

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS POVOS
INDÍGENAS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2023**

Ícaro Franco

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Economia pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Roselaine B. de Almeida
Prof.^a Dra. Roselaine Bonfim de Almeida
(Orientadora)

Leandro Vinícius Carvalho
Prof. Dr. Leandro Vinícius Carvalho
(Avaliador 1)

Jonathan Gonçalves da Silva
Prof. Dr. Jonathan Gonçalves da Silva
(Avaliador 2)

DOURADOS-MS, 28 de fevereiro de 2024.

Este trabalho é dedicado a todos os povos originários do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todo o apoio e incentivo que recebi da minha família durante todos esses anos, sem vocês nenhuma conquista seria possível. Agradeço também a minha namorada, melhor amiga e companheira Manoela Costa, por me incentivar todos os dias a ser melhor e por ter estado ao meu lado incondicionalmente.

Agradeço à Universidade Federal da Grande Dourados e a todos os membros técnicos e docentes que tornaram possível o processo de aprendizado. Agradeço à diretoria da FACE, representada pela Diretora Profa. Dra. Jane Correa Alves Mendonça e pelo Vice-Diretor Prof. Dr. Enrique Duarte Romero. Ver a dedicação e o cuidado que vocês têm com a faculdade foi algo muito bonito e marcante de se presenciar.

Gostaria de agradecer também a todos os professores que eu tive oportunidade de adquirir conhecimento, a minha experiência como aluno não poderia ter sido melhor. Agradeço especialmente à Coordenadora Profa. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida, que aceitou o desafio de ser a minha orientadora neste trabalho e dedicou muito de seu tempo para me auxiliar, mesmo tendo tantos compromissos e ocupações. Agradeço também aos demais membros da Banca, ao Professor Dr. Jonathan Gonçalves da Silva e ao Professor Dr. Leandro Vinícios Carvalho, que foram essenciais durante o meu tempo na universidade, e também para a construção deste trabalho.

Da mesma maneira, obrigado a todos os colegas e amigos que fiz ao longo dessa jornada, e aos que me acompanham desde antes. Especialmente à Camila, Alana, Sophia, João Rafael, Murilo, Mateus e Kayran, sou muito grato pela amizade de vocês e por todo o suporte que me deram.

RESUMO

O Brasil é um país que apresenta grande desigualdade social dentre a sua população, cenário este que se iniciou a partir de sua colonização no ano de 1500 e se estende até os dias atuais. A população nativa, a qual se identifica como os povos indígenas, mesmo tendo se passado séculos desde a colonização, representa uma das parcelas da população brasileira que mais sofre desigualdades, tanto no âmbito econômico, quanto no social. Dessa forma, este trabalho busca evidenciar as dificuldades enfrentadas pela população indígena brasileira, fazendo uma análise do contexto histórico ao qual foram submetidos através de pesquisas, documentos, bibliografias e demais fontes apresentadas. Ainda, fez-se uma comparação entre dois períodos distintos através dos dados disponíveis na base da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o primeiro trimestre de 2013 e para o primeiro trimestre de 2023, na qual se compara as pessoas autodeclaradas indígenas com as demais “cores ou raças” presentes na população brasileira, com foco nas variáveis de educação e nas variáveis econômicas. Conforme o estudo apresenta em seu decorrer, os povos originários brasileiros estão entre a população mais vulnerável do país, cenário este que tem sido realidade há muito tempo. Portanto, este trabalho busca analisar a problemática na qual os povos indígenas estão inseridos e trazer mais atenção para o tema, inclusive clamando pela necessidade da criação de políticas públicas específicas e demais medidas que possam melhorar a qualidade de vida desta população.

Palavras-chave: Brasil; desigualdade; indígenas.

ABSTRACT

Brazil is a country that shows large social inequality among its population, a scenery that started with its colonization and has lasted until today. The native population, which is identified as indigenous people, even centuries after colonization, represents one of the most parts of the Brazilian population who suffer from inequality, both in the economic and social spheres. Therefore, this work seeks to highlight the difficulties faced by indigenous people in Brazil by analyzing the historical context through research, documents, bibliography, and other sources. Furthermore, a comparison was made between two distinct periods using the data available in the National Household Sample Survey. (PNAD) for the first quarter of 2013 and the first quarter of 2023, which compares people self-identified as indigenous and other “colors and races” in the Brazilian population, focusing on educational and economic variables. According to research, Brazilian indigenous people are one of the most vulnerable portions of society, a scenery that has been a reality for a long time. Therefore, this work seeks to assay the problems of indigenous people and bring attention to the theme, as well as claiming for the need to create specific public politics and other efforts to increase the quality of life of this population.

Keywords: Brazil; inequality; indigenous;

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FUNAI	Fundação Nacional de Povos Indígenas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAI	Lei de Acesso à Informação
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPILTN	Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais
STF	Supremo Tribunal Federal
IPCA	Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de concentração de toda a população indígena no território brasileiro de acordo com o Censo Demográfico (2010).....	27
Figura 2 – Descrição dos entrevistados por cor ou raça (ponderada pelo número da população).	30
Figura 3 – Entrevistados sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, por cor ou raça (ponderada pelo número da população) – 2013.....	36
Figura 4 – Entrevistados sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, por cor ou raça (ponderada pelo número da população) – 2023.....	37
Figura 5 – Entrevistados com superior completo, por cor ou raça (ponderada pelo número da população) –2013.	38
Figura 6 – Entrevistados com superior completo, por cor ou raça (ponderada pelo número da população) – 2023.	39
Figura 7 – Condição de ocupação na semana de referência, por cor ou raça (ponderada pelo número da população).	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição dos entrevistados por sexo (ponderada pelo número da população): PNAD-C primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.	31
Tabela 2 – Descrição da média de idade dos entrevistados (ponderada pelo número da população): PNAD-C primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.	31
Tabela 3 – Média de idade dos entrevistados independentemente do sexo, por cor ou raça: PNAD-C 2013 primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.	32
Tabela 4 – Número de entrevistados que sabem ler e escrever (ponderada pelo número da população): PNAD-C 2013 primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.	33
Tabela 5 – Número de entrevistados que sabem ler e escrever (ponderada pelo número da população), por cor ou raça: PNAD-C primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.	33
Tabela 6 – Nível de instrução dos entrevistados (ponderada pelo número da população): PNAD-C primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.	34
Tabela 7 – Condição de ocupação na semana de referência (ponderada pelo número da população): PNAD-C do primeiro trimestre de 2013 e primeiro trimestre de 2023.	40
Tabela 8 – Condição de ocupação na semana de referência, por cor ou raça (ponderada pelo número da população): PNAD-C do primeiro trimestre de 2013 e primeiro trimestre de 2023.	40
Tabela 9 – Média dos rendimentos da população amostral: PNAD-C do primeiro trimestre de 2013 e primeiro trimestre de 2023.	42
Tabela 10 – Média dos rendimentos da população amostral, por cor ou raça: PNAD-C do primeiro trimestre de 2013 e primeiro trimestre de 2023.	42

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Delimitação do Tema.....	13
1.2	Definição da Problemática.....	13
1.3	Objetivos.....	15
1.3.1	Objetivo Geral	15
1.3.2	Objetivos Específicos	15
1.4	Justificativa	16
1.5	Estrutura do Trabalho.....	17
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
2.1	REVISÃO TEÓRICA	18
2.2	Revisão de Literatura.....	22
3	METODOLOGIA	27
3.1	Delineamento da Pesquisa	27
3.2	Definição da Área de Estudo	27
3.3	Técnicas de Análise e Coleta de dados	28
4	RESULTADOS	29
4.1	Variáveis Gerais	29
4.2	Variáveis de Educação	32
4.3	Variáveis Econômicas	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Os povos indígenas tiveram um importante papel na construção social e econômica do Brasil, contudo em uma posição de pouco destaque. Assim como os povos africanos que foram trazidos para o país, os indígenas também foram escravizados e tiveram suas terras invadidas e violadas. De acordo com Oliveira e Freire (2006), a construção da sociedade brasileira, assim como seus costumes e particularidades não poderiam ser compreendidos se não fossem consideradas a influência dos povos originários, tal como as suas formas de organização social, cultural e econômica, além do seu conhecimento dos recursos da natureza.

Segundo os dados publicados pela Fundação Nacional de Povos Indígenas (FUNAI, 2021) através do portal oficial do Governo Federal, a população indígena em 1500 era estimada em 3 milhões de habitantes, dos quais cerca de 2 milhões habitavam o litoral do país e 1 milhão se estabeleciam no interior. Em 1650, 150 anos após a presença registrada de povos europeus, esse número reduziu drasticamente para cerca de 700 mil indígenas, o que significa que apenas aproximadamente 23% da população sobreviveu. Em 1957, foi registrado o patamar mais baixo dentro da série histórica, de 70 mil habitantes, representando apenas 2,3% da população original. Desde então, a população indígena passou a crescer, mas ainda está muito aquém do que era no passado. O Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2022 registrou 1.693.535 indígenas no país, o que representa 0,83% do total de habitantes da população (IBGE, 2023). Este número representa quase o dobro em comparação com o período de 2010, quando se registrou 896.917 pessoas autodeclaradas indígenas no Censo (IBGE, 2012).

Portanto, através dos números expressivos que representam a redução da população indígena no decorrer dos anos, nota-se que os povos originários foram prejudicados e marginalizados desde os primeiros contatos com o homem branco. A participação indígena na sociedade brasileira muitas vezes acaba sendo deixada de lado ou pouco reconhecida, o que acarreta na perda dos ensinamentos e da influência em todos os âmbitos culturais do país (Abreu, Oster, Mai, 2020). Apesar do processo da formação do Brasil que se tem hoje ter sido cruel e doloroso, especialmente para os povos originários e para os povos advindos do continente africano, a influência indígena está muito presente no cotidiano e nos hábitos da sociedade atual.

Mesmo após séculos de sofrimento e abandono presenciado por esta comunidade, ainda não se tem o apoio necessário e não se pode afirmar, de maneira geral, que os seus direitos estabelecidos pela Constituição Federal estão assegurados. Dessa forma, este trabalho tem

como objetivo entender e analisar o desenvolvimento da população indígena em um contexto histórico, socioeconômico e educacional com foco específico nos últimos dez anos, ou seja, de 2013 a 2023. É relevante compreender as medidas tomadas a respeito desta problemática e quais diligências seriam mais eficientes para que o desenvolvimento do público-alvo da pesquisa fosse potencializado.

Os métodos adotados para a elaboração do trabalho foram o de abordagem dedutiva em conjunto ao método de pesquisa exploratória. Realizaram-se pesquisas documentais e bibliográficas que abrangem as comunidades indígenas de diversas partes do território brasileiro - a fim de verificar os principais indicadores sociais, como o nível de educação e a eficiência no atendimento de saúde - além da análise descritiva dos dados, conforme mencionado. O corpo do texto busca evidenciar que a população indígena brasileira não recebe o suporte governamental necessário (tal como políticas inclusivas e programas assistenciais), além de não possuir a atenção necessária que demanda as problemáticas relacionadas a esta comunidade, devido à falta de dados e de pesquisas específicas na área, além da insuficiência de recursos destinados.

1.1 Delimitação do Tema

O trabalho visa, primeiramente, abordar a atuação e o contexto no qual os povos indígenas estiveram inseridos desde o princípio da formação da sociedade brasileira, e a partir de então compara dois períodos distintos, separados por 10 anos (2013 e 2023), através da base de dados presente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Essa comparação tem como objetivo averiguar se houveram mudanças no nível de educação, renda e desemprego, e se essas possíveis mudanças foram significativas.

1.2 Definição da Problemática

A população indígena brasileira tem como principal órgão responsável a FUNAI, criada em 1967, com o intuito de solucionar principalmente os impasses territoriais e proporcionar à comunidade indígena maiores possibilidades de acesso aos serviços oferecidos aos demais grupos sociais. Anteriormente, a entidade dedicada à proteção dos povos indígenas era o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criada em 1910 durante o governo de Hermes da Fonseca. Todavia, a sua atuação resultava muitas

vezes em práticas que buscavam associar essas populações à cultura e ao modo de vida dos não indígenas (Mauro, 2021).

De acordo com Mauro (2021, p. 4):

Como o objetivo declarado da política indigenista era a “integração” dos índios, transformando-os em “trabalhadores nacionais”, não havia uma preocupação zelosa em promover junto a eles ações que propiciassem o seu desenvolvimento nos parâmetros que eles próprios consideravam ideais. Funcionários da agência indigenista se apegavam a uma visão etnocêntrica, segundo a qual a dedicação dos tutelados a uma economia de subsistência não poderia ser considerada uma experiência propriamente laboral.

Portanto, desde a tutela do SPILTN, é possível perceber que a cultura dos povos indígenas e os seus direitos não foram integralmente respeitados, e que as políticas públicas utilizadas foram incapazes de propiciar a eles condições de vida ideais. Ao considerar alguns dados educacionais, tendo em vista a educação como um dos principais indicadores sociais, pode-se observar condições inadequadas de estudo em comunidades indígenas. O Censo Escolar realizado em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indica que 31% das escolas indígenas não funcionavam em espaço adequado, e 33% não continham material didático específico. Na área da saúde percebeu-se certo descuido com a comunidade indígena também no combate à pandemia, visto que as invasões nos territórios indígenas por madeireiros e garimpeiros expôs os povos indígenas, principalmente os residentes na região norte do país à doença. Além disso, a taxa de mortalidade da COVID-19 no período datado até junho de 2020 entre os indígenas residentes da Amazônia chegou a ser 150% mais alta do que a do restante da população brasileira, o que também pode ser explicado justamente pela falta de acesso a tratamentos de saúde adequados (COIAB, 2020).

No mês de janeiro de 2023 estas invasões ganharam repercussão nacional e internacional, através de diversos meios midiáticos distintos, que mostraram que as condições infelizmente eram de extrema vulnerabilidade e de violência, em específico nas terras Yanomami localizadas na Amazônia (FUNAI, 2023). Grande parte do território é alvo da mineração ilegal e do desmatamento, se destacando também pela alta contaminação por mercúrio que atinge os rios, o solo e os animais da região. Portanto, a situação atinge significativamente a alimentação do coletivo, composto por 31.007 indígenas residentes, divididos em cerca de 384 aldeias, segundo dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI, 2023).

Essas invasões também evidenciam a vulnerabilidade desses povos em específico no que diz respeito à falta de segurança e mostram o quão desamparados eles se encontram de

políticas públicas, pois em diversas situações se encontram desprotegidos e prejudicados pelo convívio forçado com o homem branco, e tem a natureza (a fauna, a flora e os rios) de suas terras degradadas. Pode-se observar a consequência dessas ações no número de óbitos, que atingiu especialmente o público infantil. Em 2023, foram registrados 104 óbitos na faixa etária menor de 1 ano (aproximadamente 33,8% do total) e 58 óbitos na faixa etária de 1 a 4 anos (aproximadamente 18,83% do total). O número de óbitos entre todas as faixas etárias no ano de 2023 foi de 308 pessoas, o que representa uma queda de aproximadamente 15,2% em relação ao período de 2022, que registrou 363 mortes totais (G1, 2024). Contudo, apesar da redução em relação ao ano anterior, é possível perceber principalmente através do número elevado de óbitos infantis que esta situação ainda se encontra distante de ser solucionada, e que os indígenas yanomami continuam em situação de risco.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisa as características socioeconômicas das comunidades indígenas no Brasil através de um comparativo entre os anos de 2013 e 2023, levando em conta o contexto histórico geral e regional das comunidades indígenas estabelecidas.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar informações documentais a respeito da população indígena brasileira;
- Verificar as políticas públicas do Estado para com as comunidades indígenas, realizados pelos respectivos órgãos governamentais responsáveis;
- Fazer uma análise descritiva com dados fornecidos pela PNAD contínua trimestral de 2013 e 2023, com o intuito de verificar se houveram mudanças significativas nas condições de vida da população indígena;
- Levantar e sugerir providências que possam contribuir e facilitar a amplificação do crescimento econômico e melhoria dos indicadores sociais.

1.4 Justificativa

A partir de 1991, a FUNAI teve sua governança descentralizada e passou a ser tutelada por áreas específicas do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (hoje denominado Ministério da Casa Civil) e do Ministério do Meio Ambiente. A respeito principalmente da educação, esta que é uma importante medida de desenvolvimento social e econômico visto que a partir dela é possível facilitar que uma nação como um todo cresça e se desenvolva, além de um importante fator que pode fazer com que os povos indígenas consigam ser melhor inseridos tanto socialmente quanto economicamente na sociedade, pode-se verificar várias dificuldades enfrentadas. A falta de estrutura é notável, tanto no que diz respeito ao espaço físico quanto em mecanismos de inclusão e de programação que ajudem na compreensão e na inserção dos povos indígenas na sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho (Félix, 2017).

Além da questão educacional, há também a ausência de condições básicas, como o saneamento básico. Em um levantamento feito pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em conjunto da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), foram visitadas 113 aldeias, no ano de 2010 (dado mais recente), em que os entrevistados constataram que os resíduos sólidos de 79% dos domicílios eram enterrados, queimados ou jogados no entorno da aldeia, além da maioria afirmar não usar água tratada (FUNASA, 2010). No que diz respeito ao fornecimento e monitoramento da qualidade da água nos Distritos Sanitários Indígenas, projeto realizado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e com dados disponíveis no portal oficial do Ministério da Saúde, apenas 53,7% das aldeias registradas na base de dados possuem infraestrutura de abastecimento de água (SESAI, 2023).

No âmbito político, o projeto de lei (PL) nº 490/2007, apresentado pelo então deputado federal Homero Pereira, tem sido a principal pauta no que diz respeito aos direitos de demarcação e reconhecimento de terras indígenas. Dentre as principais alterações propostas, estão a adoção do marco temporal como critério de demarcação de terras indígenas (ou seja, reconhecer apenas as terras que estavam efetivamente ocupadas por comunidades indígenas na data da promulgação da Constituição de 1988), a exigência de comprovação de terras já reivindicadas, a interrupção de demarcações em andamento e permitir a exploração econômica em terras indígenas, mesmo que contra a vontade da população afetada. Segundo Moro e Fassheber (2023, p. 82):

Apesar dos povos indígenas terem o direito à organização social, costumes, línguas, crenças e tradições espirituais consagrados pela Carta Magna, com a aceitação da tese do marco temporal, todo direito reconhecido aos povos indígenas, será destruído.

Dessa forma, esta pesquisa se mostra relevante socialmente pois visa apresentar os dados e demonstrar o quanto a população indígena é negligenciada na construção políticas públicas do Estado em âmbito municipal, estadual e nacional, apresentando índices preocupantes de fome, insalubridade, violência e marginalização. Essa realidade é bastante prejudicial para a existência dos povos originários e deve-se reverter esse cenário por meio de uma maior atenção da esfera pública de poder a esse grupo social.

O projeto do Marco Temporal foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com 9 votos contra e 2 votos a favor da tese no dia 21/09/23, entretanto foi aprovado pelo Senado (43 votos a favor e 21 contrários) no dia 27/09/23, apenas 6 dias após a decisão do STF (Agência Senado, 2023). Portanto, não se pode afirmar que existe uma definição concreta sobre o tema até o momento.

1.5 Estrutura do Trabalho

O trabalho foi dividido em cinco seções. A primeira apresenta a introdução sobre o tema e o contexto histórico acerca dele, junto aos objetivos geral e específicos, além da explicação da problemática. Na segunda seção destaca-se a revisão bibliográfica, que foi dividida em duas partes: a primeira, relacionando o conceito de Estado de Bem-estar Social e de outros conceitos econômicos com a temática do trabalho, e a segunda trazendo estudos acerca da população indígena brasileira que evidenciam a importância, sobretudo, de maior assistência social. A terceira seção apresenta a metodologia do trabalho. Na quarta seção apresenta-se os comparativos de indicadores encontrados na base de dados da PNAD Contínua nos anos de 2013 e 2023 e, finalmente, na última seção se encontram as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta seção apresenta o embasamento econômico e teórico no qual o estudo foi fundamentado, tal como outros trabalhos realizados na mesma temática

2.1 REVISÃO TEÓRICA

Para entender melhor o intuito deste trabalho, é necessário conhecer o conceito econômico do *Welfare State*, traduzido para o português como o Estado do Bem-Estar Social. A expressão aborda diferentes interpretações que podem ser encontradas por diversos autores na literatura econômica, mas de maneira geral pode-se dizer que o *Welfare State* envolve uma responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos (Esping-Andersen, 1991). Para Gomes (2006), que possui uma definição um pouco mais aprofundada, o *Welfare State* representa um conjunto de serviços e benefícios sociais promovidos pelo Estado que busca promover "harmonia" entre o avanço das forças de mercado e a estabilidade social, dando segurança aos indivíduos para que mantenham um nível essencial de padrão de vida, suficiente para enfrentar os efeitos de uma estrutura social excludente. Wilenski (1975) definiu o *Welfare State* como a existência de um padrão mínimo de renda, alimentação, saúde, alojamento e instrução, promovido pelo Estado e que é assegurado a qualquer cidadão como um direito político, não como caridade. Portanto, pode-se interpretar o *Welfare State* como um modelo de proteção social, que visa atender todos os indivíduos, mas especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Este conceito foi bastante utilizado no século XIX, assim como no início do século XX, como forma de rebater os ideais liberais que eram popularmente disseminados, e ganhou maior relevância num período pós-Segunda Guerra Mundial, em que vários países tiveram que reconstruir suas economias em um cenário conturbado e de recuperação global, dos quais pode-se destacar a Alemanha e os Estados Unidos, apesar de utilizarem sistemas completamente diferentes (Gomes, 2006).

A compreensão do conceito de *Welfare State* é de extrema importância, visto que um dos maiores objetivos das Ciências Econômicas é buscar o nível de bem-estar máximo em uma sociedade e entender como este é possível de ser alcançado. De acordo com Osberg e Sharpe (2002), pode-se associar o bem-estar econômico com várias variáveis, que podem ser agrupadas em quatro dimensões: 1) fluxos de consumo pessoal; 2) estoques de riqueza; 3) distribuição de renda, e 4) seguridade econômica. Portanto, o bem-estar da sociedade se relaciona diretamente

com a valorização de políticas de distribuição de renda, visto que só é possível alcançar este nível de bem-estar geral em uma sociedade quando as quatro dimensões citadas coexistem.

Ainda, a respeito da maximização de bem-estar, vários conceitos existentes nas ciências econômicas foram desenvolvidas ao longo dos anos. Dentre tantas contribuições e avanços dentro da área, pode-se destacar *A Teoria da Utilidade Marginal*, desenvolvida paralelamente por William Stanley Jevons (1871), Carl Menger (1871) e Léon Walras (1874). Essa teoria foi a base da “Revolução Marginalista” alterando a percepção da utilidade marginal - que passou a ser visualizada como elemento fundamental no equilíbrio de mercado. A função de utilidade, segundo a Escola Marginalista, mensurava a percepção psicológica e subjetiva de bem-estar dos consumidores, obtida através do consumo dos bens e suas quantidades. A utilidade era crescente em relação às quantidades de cada bem, mas apresentava taxas decrescentes de crescimento; ou seja, a satisfação obtida através de cada unidade de um bem adicional consumida diminuiria conforme o aumento do consumo deste bem (Garcia, 1996).

Portanto, essa medida chamada de utilidade marginal, que era resultado do adicional de utilidade proveniente do aumento de consumo, era positiva e decrescente. A escolha do consumidor era, nesse contexto, vista como um problema de maximização da função de utilidade sujeita à restrição orçamentária da família, e possibilitava estabelecer relações entre preço e quantidade consumida - chamada de função demanda. Ao maximizar seu bem-estar, o consumidor igualava a utilidade marginal de uma unidade adicional de renda com as relações entre utilidade marginal e preço dos bens consumidos (Pareto, 1996).

Pareto (1996) em sua obra *Manual de Economia Política*, a partir dos conceitos elaborados pela Escola Marginalista, fez algumas ponderações, criticando dois pontos cruciais da *Teoria de Utilidade Marginal*: 1) a existência de uma medida de bem-estar, e 2) a possibilidade de comparações interpessoais de bem-estar. O autor discordava do próprio termo “utilidade” pois o termo deveria implicar em algo que fosse útil ao indivíduo, o que não era sempre o caso pois, segundo ele, apesar de agregarem bem-estar aos consumidores, alguns bens não necessariamente são úteis.

Entretanto, sua principal queixa era sobre como medir o nível de bem-estar, que ele resolveu a partir das curvas de indiferença de Edgeworth. Em sua teoria, que envolve a noção de preferência, as curvas de indiferença de Edgeworth indicavam as combinações de bens que mantinham o bem-estar do consumidor inalterado. Como os bens poderiam ser substituíveis uns pelos outros, a curva de indiferença mostrava as possíveis trocas entre bens que o consumidor estaria disposto a fazer segundo sua preferência, mantendo o seu nível de bem-estar constante. O conjunto das curvas de indiferença do consumidor era informação suficiente

para estabelecer sua escolha, portanto não era necessário o conhecimento de sua função utilidade. Deste modo, as combinações entre bens estariam ordenadas segundo as preferências do consumidor, e sua escolha seria a combinação que mais o agradaria dentre a restrição orçamentária (Pareto, 1996).

Pareto (1996), portanto, concluiu que desta maneira o conjunto das combinações de consumo do agente teria uma ordem, e essa abordagem alterou a concepção de utilidade e do comportamento para a economia. O autor tomou os princípios da Teoria da Utilidade e generalizou sua aplicação, e essa nova perspectiva possibilitou o avanço da Teoria do Equilíbrio Geral, proposta primeiramente por Walras.

Pareto também provou o “*primeiro teorema da Economia do Bem-Estar*”, que constata que todo equilíbrio geral de economias em concorrência perfeita maximiza o bem-estar da sociedade, independentemente da alocação inicial de recursos. Também sugeriu o “*segundo teorema da Economia do Bem-Estar*”, que afirma que toda situação ótima no sentido de Pareto pode ser atingida por um equilíbrio competitivo, dada uma distribuição inicial de recursos apropriada.

A respeito dos conceitos elaborados por Pareto, Garcia (1996, p. 13), afirma:

O bem-estar social associado a um estado x é maior que o de um outro estado y se e somente se há, em x , pelo menos um indivíduo com bem-estar maior do que em y e não há outro indivíduo que tenha um nível de bem-estar inferior; ou seja, um estado é superior a outro se é possível aumentar o bem-estar de pelo menos um indivíduo sem prejudicar os demais.

Ainda justifica em sua obra que:

O bem-estar de uma sociedade é máximo se não existe outro estado tal que seja possível aumentar o bem-estar de um indivíduo sem diminuir o bem-estar dos demais; isto é, não há forma de melhorar a situação de um, sem prejudicar a situação dos outros.

A perspectiva renovada de Pareto permitia a comparação de diferentes níveis da economia, observando a mudança no bem-estar dos indivíduos em diferentes situações. Deste modo, diferentes políticas - por exemplo, a de retração ou de elevação nos gastos públicos - puderam ser analisadas em termos de perdas e ganhos dos agentes econômicos envolvidos e continuam sendo até hoje. Essa capacidade de estabelecer comparações tornou o critério de Pareto fundamental nas análises econômicas (Garcia, 1996)

Esse embasamento teórico, adquirido através dos estudos sobre a história das ciências econômicas possibilita perceber que o conceito de bem-estar social é discutido e analisado há muito tempo. Trazendo novamente essa perspectiva para o conceito de *Welfare State*, deve-se

falar sobre os indicadores econômicos e sociais que existem e são utilizados nos dias de hoje buscando, de certa forma, mensurar o bem-estar em várias sociedades diferentes e compará-las. O indicador econômico mais conhecido é o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os produtos ou serviços produzidos em um determinado período (normalmente se traz trimestralmente ou anualmente) em determinado país, estado ou cidade. A partir dele, temos também o PIB per capita, que nada mais é do que uma média entre essas riquezas produzidas, levando em consideração a população que faz parte da delimitação geográfica. Entretanto, o PIB per capita não é capaz de apontar de maneira alguma a distribuição de renda, a expectativa de vida, o nível de gastos desagregados, o estoque de recursos naturais, o nível de desemprego, o estoque de capital humano, entre outras características que são de extrema importância à mensuração do nível de bem-estar econômico de uma sociedade (Vidigal; Kassouf; Vidigal, 2017).

Devido à falta de um indicador mais completo, Amartya Sen e Mahbub ul Haq criaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990 (Anand; Sen, 1994). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), combinam informações econômicas juntamente com dados de educação e de longevidade. Porém, apesar de buscar ser um medidor mais preciso, ainda está longe de ser aceito unanimemente como uma ferramenta de medida universal por apresentar vários problemas. De acordo com Guimarães e Jannuzzi (2005), o IDH tende a obscurecer e simplificar os vários aspectos que envolvem a vulnerabilidade social e a pobreza, e o IDH-M não é capaz de cumprir o papel de identificar os municípios segundo suas carências de políticas sociais específicas devido à falta de robustez.

Tendo em vista a problemática, em 2010 o Relatório de Desenvolvimento Humano realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), que considera a desigualdade nas três dimensões do IDH, “descontando” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade (PNUD, 2024). Ainda segundo o Órgão:

Com a introdução do IDHAD, o IDH tradicional pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” e o IDHAD como um índice do desenvolvimento humano “real”. A “perda” no desenvolvimento humano potencial devido à desigualdade é dada pela diferença entre o IDH e o IDHAD e pode ser expressa por um percentual.

Portanto, apesar da existência de outros indicadores que de certa maneira buscam mensurar a qualidade de vida, o bem-estar econômico e social em diferentes escalas, ainda não existe nenhum tipo de instrumento de medida e comparação que consiga mensurar o bem-estar

de uma sociedade por completo. No que diz respeito à desigualdade, existe um indicador chamado Índice de Gini que é utilizado para mensurar a concentração de renda de determinada sociedade e é capaz de apontar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004). No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, o Brasil ficou em 14º lugar no ranking dos países mais desiguais no mundo segundo o índice, dividindo a posição com o Congo.

É evidente que, por ser um país extremamente desigual, a população brasileira mais vulnerável é a que mais carece de políticas públicas e a população indígena, de maneira geral, está inserida neste cenário.

2.2 Revisão de Literatura

Nesta seção serão apresentadas obras que corroboram para a justificativa desse trabalho e no que se baseou a construção e fundamentação teórica dele.

Oliveira e Freire (2006, p. 18) afirmam em sua obra “*A Presença Indígena na Formação do Brasil*”:

Ao falar do escravo, o poeta Aimé Césaire evidencia a sua presença na civilização que o nega, mas que foi construída justamente sobre a sua existência e o seu trabalho. A epígrafe acima deve aplicar-se com muita propriedade à população autóctone deste país, aos indígenas e seus descendentes, que concorreram com as riquezas de suas terras, seu sangue e seu conhecimento para a construção desta nação. É esta a hipótese que atravessa todo este livro e lhe dá sentido, pretendendo assim questionar o complacente silêncio ou a explícita atribuição de irrelevância que é destinada aos indígenas nos compêndios usuais de história do Brasil.

De acordo com o CIMI na obra “*Outros 500: construindo uma nova história (2001)*”, mais de 1470 povos indígenas foram extintos desde o início do processo de colonização do Brasil, onde a região norte do país é destaque com o maior número (ao menos 820 povos), seguido da região nordeste (ao menos 344 povos).

Segundo estimativas apresentadas por Darcy Ribeiro, um dos antropólogos brasileiros mais importantes na defesa dos direitos indígenas do século passado, em seu livro “*Os Índios e a Civilização (1982)*”, dentre as 230 tribos existentes no ano de 1900, 87 delas (representando uma fatia de 37,8%) foram extintas apenas até a primeira metade do século XX devido às doenças, conflitos e outras pressões resultantes do contato com a sociedade não indígena. A população estimada apenas no século XVI de indígenas extintos foi de aproximadamente 641 mil (IBGE, 2000). O que se pode concluir é que indubitavelmente os danos ao patrimônio

histórico e cultural da sociedade brasileira foram significativos e extremamente difíceis de se mensurar.

Na obra “A Importância do Relatório Figueiredo na luta pelos direitos dos povos indígenas (2022)”, a autora Jane Felipe Beltrão discorre sobre o *Relatório Figueiredo*, que foi um documento redescoberto em 2012 mas que é datado do ano de 1967 e conta com mais de 7 mil páginas distribuídas em 30 volumes. Segundo a autora, o documento - que foi recuperado em 2012 no Museu do Índio por Marcelo Zelic, Vice-Presidente do grupo Tortura Nunca Mais - apresentava o resultado de investigações realizadas pela comissão de inquérito instaurada em 1967 pelo ministro do interior General Afonso Augusto de Albuquerque Lima e dirigida pelo então procurador do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Jader de Figueiredo Correia.

O relatório, dentre tantas informações, expõe o uso de inúmeros tipos de violência contra os indígenas (assassinatos, abusos sexuais, tortura, sequestro, dentre muitos outros) causadas inclusive por membros do SPI. O documento registra também acusações de extermínio utilizando o envenenamento químico de doenças, como por exemplo o povo indígena localizado no estado da Bahia, os Pataxó-Hãhãhães.

Ainda sobre os direitos humanos que foram gravemente infringidos no passado, em dezembro de 2014 o governo federal, através da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicou seu *Relatório - vol. 1*, onde se pode constatar que a situação de crise devido ao garimpo em terras indígenas Yanomami (AM/RR) ocorre há décadas:

O impacto dos garimpeiros, que chegaram a cerca de 40 mil no final da década de 1980, foi devastador. Não há um número oficial de mortos em decorrência dessas invasões, mas se estima que chegue aos milhares. Comunidades inteiras desapareceram em decorrência das epidemias, dos conflitos com garimpeiros, ou assoladas pela fome. Os garimpeiros aliciaram indígenas, que largaram seus modos de vida e passaram a viver nos garimpos. A prostituição e o sequestro de crianças agravaram a situação de desagregação social.

O documento também detalha tentativas bem sucedidas de massacre e extermínio de diversos povos indígenas, os quais possuem o maior número de mortos, os Cinta-larga (MT/RO) com aproximadamente 5000 fatalidades. Dentre os motivos destacados, estão: envenenamento por alimentos, aviões que atiravam brinquedos deliberadamente contaminados com doenças mortais, além de assassinatos por meio de emboscadas, nas quais as aldeias eram dinamitadas e/ou metralhadas. Em um trecho, o Relatório (p. 237) destaca:

Muitas dessas violações de direitos humanos sofridas pelo povo Cinta Larga foram cometidas com a conivência do governo federal, por meio do SPI, e depois da Funai, o que permitiu a atuação de seringalistas, empresas de mineração, madeireiros e garimpeiros na busca de ouro, cassiterita e diamante no território dos Cinta Larga, omitindo-se a tomar providências diante dos diversos massacres que ocorreram na área indígena. As violações também foram consequência da atuação direta do governo do estado do Mato Grosso, que fez concessões de terras para empresas de colonização e para construção de hidrelétrica em áreas habitadas pelo povo Cinta Larga.

Além do massacre sofrido pelos povos Yanomami e Cinta-Larga, também se destaca o extermínio da população dos Waimiri Atroari (AM) - que teve aproximadamente 2.650 mortos; dos Tapayuna (MT) - com aproximadamente 1.180 pessoas; dos Xetá (PR) - ao menos 192; além de vários outros povos indígenas, incluindo os Guarani e Kaiowá presentes no Mato Grosso do Sul e no Paraná, os quais o documento não apresenta estimativas.

De acordo com Pinheiro da Silva e Dourado (2019), os serviços oferecidos pelo Estado são insuficientes para alterar as condições inadequadas de saneamento básico e, conseqüentemente, de saúde, disponíveis à população indígena. A falta de coleta e tratamento dos esgotos e dos resíduos sólidos, juntamente com a baixa qualidade de água disponível estão altamente relacionadas com doenças infecciosas e parasitárias, que permanecem como causa relevante de morbimortalidade dos povos indígenas brasileiros.

Sobre as condições sanitárias dos povos indígenas, de acordo com o estudo realizado por Marinho, et al (2021, p. 183),

A partir de diferentes fontes de dados, sejam eles oriundos dos sistemas de informação em saúde ou das pesquisas domiciliares nacionais, a exemplo dos censos demográficos, as desigualdades étnico-raciais se expressam de modo contundente, indicando maior vulnerabilidade socioeconômica e de saúde para os indígenas. O perfil de saúde da população indígena, em particular do segmento infantil, está estreitamente relacionado com a precariedade da infraestrutura de saneamento básico dos domicílios. Realizado em terras indígenas, o Inquérito de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas revelou que uma em cada quatro crianças tinha baixo peso para altura (indicador sensível para déficit de crescimento por consequências nutricionais) e mais da metade apresentava anemia (51,2%).

Marinho, et al (2021, p. 183) ainda afirmam que:

Além disso, aproximadamente um quarto das crianças tinham sido internadas por diarreia na semana anterior à entrevista. Essas prevalências se mostraram associadas às características de saneamento dos domicílios. De maneira geral, os indicadores epidemiológicos menos satisfatórios foram encontrados na região Norte, em domicílios de estratos socioeconômicos mais baixos e com piores condições sanitárias, coincidindo em grande parte com a abrangência da Amazônia Legal.

Sendo assim, é possível atestar pelos estudos de Marinho et al que as crianças indígenas estão em grande parte subnutridas e em condições sensíveis e alarmantes. Esse

indicador se torna ainda mais severo nos domicílios indígenas da região Norte, por ser justamente a região que há maior concentração de indígenas. Esse fato também atrela a condição de desigualdade a também uma situação de desigualdade regional.

No trabalho “Desigualdade de raça/cor e estado nutricional de crianças beneficiárias do programa bolsa família no Maranhão e Brasil”, realizado por Dutra et al (2021), a raça/cor indígena apresentou as maiores prevalências de desnutrição em crianças com idade inferior a cinco anos de idade, em todas as regiões avaliadas e as menores prevalências de excesso de peso, exceto na Região Sul referente ao ano de 2017. O levantamento indica que em maior parte do território brasileiro, a população indígena infantil é a mais afetada quando comparada com as crianças de outras etnias.

Segundo o estudo “Considerações jurídico-antropológicas acerca da tese do Marco Temporal: o caso da terra indígena Limão-verde”, por Rodrigues, Rodrigues, Urquiza (2023, p. 68):

No âmbito dos objetivos da Agenda 2030 da ONU, bem como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2008), os direitos dos povos indígenas, embora assegurados, não alcançam o necessário grau de eficácia em vista das limitações impostas pelo próprio texto legal.

No que diz respeito à violência, no relatório de Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil (publicação mais recente), realizado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2023), foram registrados 416 casos de violência contra pessoas indígenas em todo o Brasil no ano de 2022, sendo o número de assassinatos de 180. No Mato Grosso do Sul foram registrados 38 assassinatos, ficando atrás apenas de Roraima, com 41. Nos últimos quatro anos, o MS teve 146 homicídios de indígenas registrados, ficando atrás mais uma vez apenas de Roraima com 208 mortes. O CIMI contabiliza também os casos de “Violência por Omissão do Poder Público”.

Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), o CIMI obteve junto à Sesai informações parciais sobre as mortes de crianças indígenas de 0 a 4 anos de idade, e foram registradas 835 mortes de crianças indígenas desta faixa etária em 2022. Ainda, mais um dado presente no mesmo relatório, é de que o CIMI reconhece 117 grupos de indígenas em isolamento voluntário, enquanto apenas 31 desses agrupamentos são reconhecidos pela FUNAI. Segundo o relatório, isso significa que esses povos “são invisíveis para o Estado, assim como as possíveis situações de violência a que estão expostos, inclusive com o risco de que sejam vítimas de genocídio” (CIMI, 2023, p. 09).

Segundo o relatório divulgado pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônia (OTCA) em conjunto com a ONG WWF Brasil (2023), há 4.114 pontos de mineração ilegal em todo o território da floresta amazônica, o que totaliza em mais de 150 toneladas de mercúrio despejados por ano na região. O impacto tanto na natureza quanto na população ribeirinha e indígena habitante é bastante danoso, e além disso, apesar de seu maior território pertencer ao Brasil (com cerca de 60% de sua extensão), essa poítica também atinge os países vizinhos que fazem parte do território amazônico.

Segundo o estudo “Garimpo de ouro na Amazônia: a origem da crise sanitária Yanomami” de Basta (2023), o garimpo ilegal gera consequências gravíssimas às comunidades tradicionais. Além da derrubada da cobertura vegetal e da contaminação provocada pelo mercúrio nos rios, pescados e conseqüentemente da população que habita e se alimenta do ecossistema - resultando em insegurança alimentar e altos índices de desnutrição - a presença dos garimpeiros ilegais impacta negativamente na organização social das comunidades, por meio de abusos, agressões e violência sexual.

Todos os trabalhos, obras e documentos oficiais apresentados possuem o intuito de ilustrar as dificuldades enfrentadas pela população indígena em vários âmbitos diferentes, desde o momento da colonização do Brasil por povos europeus até os anos mais recentes, que retratam o panorama atual. Desde a luta pela sua sobrevivência e pelo direito às suas terras, quanto ao que diz respeito às condições de saúde e saneamento básico, os povos originários se encontraram e permanecem em uma situação delicada, enfrentando desafios que colocam em risco a existência de vários indivíduos e até mesmo de povos em sua totalidade, como por exemplo os yanomami na Amazônia.

No entanto, a literatura carece de obras que reiteram a realidade socioeconômica das comunidades indígenas e é nesse sentido que essa pesquisa difere das demais, pois busca encontrar nas variáveis de renda e educação as condições desiguais e propor soluções de políticas públicas viáveis.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. Primeiramente será apresentado o delineamento da pesquisa. Em seguida, define-se a área de estudo. Por último, apresenta-se a técnica de coleta e análise dos dados.

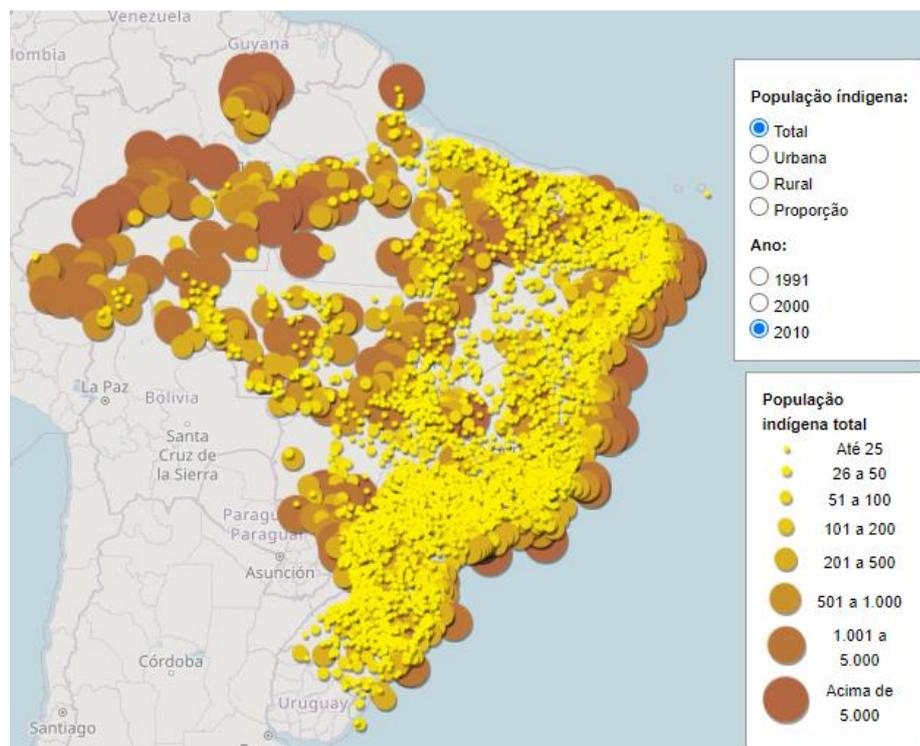
3.1 Delineamento da Pesquisa

A pesquisa foi realizada bibliograficamente com a proposta de leitura analítica. Também se fez uma análise de dados disponíveis na base da PNAD Contínua, reunindo dados disponíveis a respeito da comunidade indígena presente em todo o território brasileiro.

3.2 Definição da Área de Estudo

A área de estudo analisada na pesquisa foi toda a extensão do Brasil, levando em consideração a distribuição e concentração da população indígena em todos os estados brasileiros, conforme apresentado na imagem abaixo (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de concentração de toda a população indígena no território brasileiro de acordo com o Censo Demográfico (2010).



Fonte: IBGE, 2010.

É possível observar no mapa (Figura 1) que a maior parte dos povos indígenas se localizavam no Norte do país, portanto os estudos apresentados nas referências do trabalho possuem um foco maior para essa região. No entanto, no procedimento de coleta de dados para a PNAD Contínua, as entrevistas são feitas em todas as unidades federativas do Brasil.

3.3 Técnicas de Análise e Coleta de dados

A técnica de análise de dados escolhida no trabalho foi a de análise descritiva, e o estudo coletará dados acerca da comunidade indígena brasileira através da PNAD Contínua, disponível para os primeiros trimestres dos anos de 2013 e 2023, com o intuito de aferir os medidores gerais (Sexo, Média de idade, Cor ou raça, Cor ou raça por sexo, Média de idade por cor ou raça), medidores relativos à educação (sabe ler e escrever por cor ou raça, Nível de instrução mais elevado por cor ou raça, Anos de estudo por cor ou raça,

4 RESULTADOS

Esta seção foi destinada à apresentação do comparativo entre os dois períodos já citados. O questionário da PNAD Contínua apresenta dezenas de perguntas diferentes, entretanto foram selecionadas as de mais simples interpretação, a fim de apresentar uma análise concisa e coesa.

Os dados apresentados foram divididos em três categorias diferentes, as separando quando cabível por cor ou raça: as variáveis gerais, as variáveis educacionais e as variáveis econômicas. As variáveis gerais mostram apenas a média de idade e o percentual do sexo entre entrevistados.

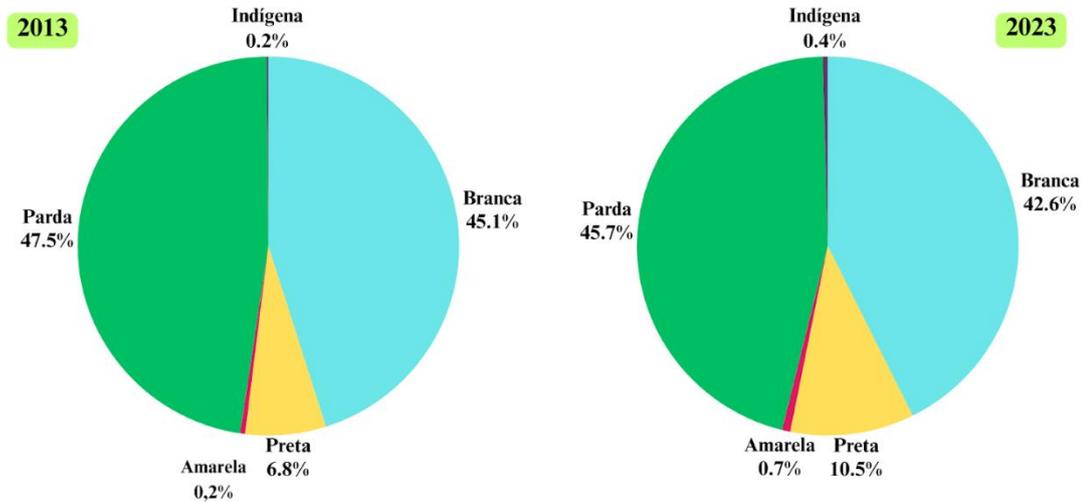
As variáveis educacionais informam se os entrevistados sabem ler ou escrever; o percentual por cor ou raça dos entrevistados sem instrução e com menos de 1 ano de estudo; e o percentual dos entrevistados por cor ou raça com ensino superior completo. Por fim, a categoria das variáveis econômicas informa a condição de ocupação dos entrevistados por cor ou raça na semana de referência, e a média de rendimentos de cada grupo.

4.1 Variáveis Gerais

Na PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2013 foram coletadas 564.733 observações, enquanto na PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2023 foram coletadas 473.335 observações.

Na Figura 2, é possível verificar que os agrupamentos da categoria “cor ou raça” foram divididos em pessoas autodeclaradas “branca”, “preta”, “parda”, “amarela” e “indígena”.

Figura 2 – Descrição dos entrevistados por cor ou raça (ponderada pelo número da população).



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

Em ambos os períodos, as maiores parcelas representadas pertencem aos grupos de pessoas autodeclaradas “branca” e “parda”, sendo que em 2013 a soma desses grupos totalizou 92,6% da amostra e em 2023 totalizou 88,3% da população. As demais categorias de cor ou raça: “preta”, “amarela” e “indígena” aumentaram percentualmente o seu número de observações na amostra, com a parcela “indígena” representando 0,4% em 2023 enquanto representava apenas 0,2% em 2013.

A respeito do percentual entre homens e mulheres, conforme mostrado abaixo (Tabela 1), a população feminina compôs a maior parte da população em ambos períodos.

Tabela 1 – Descrição dos entrevistados por sexo (ponderada pelo número da população): PNAD-C primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.

Sexo	Frequência	Percentual
Homem - 2013	97.346.518	48,97%
2023	105.083.904	48,87%
Mulher - 2013	101.442.178	51,03%
2023	109.961.884	51,13%
Total - 2013	198.788.696	100%
2023	215.045.788	100%

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

Em 2023, as mulheres representaram 51,03% da amostra, um aumento de 0,10% em relação a 10 anos atrás. A população brasileira aumentou em cerca de 16 milhões de pessoas, o que equivale a aproximadamente 8,18% a mais de pessoas do que em relação a 2013.

A respeito da idade dos entrevistados, pode-se perceber que a média indica que os entrevistados possuem uma idade maior no ano de 2023, em comparação com o ano de 2013.

Tabela 2 – Descrição da média de idade dos entrevistados (ponderada pelo número da população): PNAD-C primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.

Média de idade		Erro padrão		Estatística t	
2013	2023	2013	2023	2013	2023
32,69557	37,3425	0,0279708	0,0323026	0,10965	0,12662

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

Pode-se perceber que a população amostral de 2023 é mais velha do que a população amostral de 2013, sendo a diferença entre a idade dos entrevistados de aproximadamente 4,6 anos.

A média de idade por cor ou raça também aumentou em todos os grupos, exceto entre as pessoas que se auto intitularam “amarela”, conforme demonstra a tabela abaixo (Tabela 3).

Tabela 3 – Média de idade dos entrevistados independentemente do sexo, por cor ou raça: PNAD-C 2013 primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.

Cor ou raça	Média de idade	Erro padrão	Estatística t
Branca - 2013	34,72007	0,0453906	0,17792
2023	39,38785	0,0533181	0,20901
Preta - 2013	35,05718	0,1084982	0,42532
2023	39,19563	0,0973118	0,38146
Amarela - 2013	41,53473	0,5788967	2,27104
2023	41,05005	0,4131587	1,62025
Parda - 2013	30,85518	0,037335	0,14635
2023	35,33703	0,0446236	0,17492
Indígena - 2013	28,65146	0,5525367	2,16778
2023	35,27073	0,4325358	1,69633

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

Nos grupos “branco”, “preto” e “pardo” a variação entre a média de idade foi similar, ficando entre o intervalo de 4 a 5 anos maior do que no período anterior. Entre as pessoas que se declararam “indígena”, contudo, a variação foi de aproximadamente 6,62 anos maior do que no período anterior.

4.2 Variáveis de Educação

Nesta seção, foram adicionadas as variáveis que tornam possível avaliar o nível educacional da amostra dos dois períodos, a fim de verificar se houveram melhorias e especificamente dentre quais grupos.

Tabela 4 – Número de entrevistados que sabem ler e escrever (ponderada pelo número da população): PNAD-C 2013 primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.

Sabe ler e escrever?	Frequência	Percentual
Sim- 2013	166.840.062	90,55
2023	184.828.029	92,19
Não- 2013	17.403.060,7	9,45
2023	15.656.169,5	7,81
Total- 2013	184.243.123	100
2023	200.484.198	100

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

A Tabela 6 apresenta que em 2013, 90,55% dos entrevistados sabem ler e escrever e que 9,45% não sabem. Já em 2023, o número dos entrevistados que sabiam ler e escrever foi de 92,19% e 7,81% não sabiam. Pode-se observar que, dentre os períodos analisados, houve um aumento geral de 1,64% na população amostral que sabe ler e escrever.

Ao separar a amostra por cor ou raça, é possível observar quais grupos apresentaram uma melhora maior em relação à média, e quais grupos apresentaram os melhores e os piores índices de alfabetização, conforme indicado abaixo (Tabela 7).

Tabela 5 – Número de entrevistados que sabem ler e escrever (ponderada pelo número da população), por cor ou raça: PNAD-C primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.

Sabe ler e escrever?	Frequência		Percentual dentre sua cor ou raça	
	2013	2023	2013	2023
Branca - sim	77.975.550	80.339.711,1	93,91	94,42
não	5.053.268	4.749.811	6,09	5,58
Preta - sim	11.452.356,8	19.666.055,9	88,81	90,99
não	1.442.344	1.947.107	11,19	9,01
Amarela - sim	776.504,07	1.371.770	97,13	95,16
não	22.931,221	69.799,088	2,87	4,84

Parda - sim	76.394.750,4	82.656.059,1	87,56	90,38
não	10.850.763,6	8.796.867	12,44	9,62
Indígena - sim	239.469,04	748.178,38	87,71	88,99
não	33.540,449	92.585,122	12,29	11,01
Ignorado - sim	1.431,9649	46.254,073	87,06	100,00
não	212,864166	-	12,94	-

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

Todos os grupos da amostra apresentaram uma melhora na categoria, com exceção das pessoas que declararam sua “cor ou raça” amarela, pois estes tiveram uma redução de 1,97% entre pessoas que sabem ler ou escrever, entretanto continuam representando a parcela da população mais alfabetizada. Entre as pessoas autodeclaradas “indígena”, pôde-se observar uma melhora de 1,28%, diferença esta que foi abaixo da apresentada na média geral. Nos dois períodos analisados, a população indígena apresentou a segunda pior taxa de alfabetização em 2013 - atrás apenas 0,15% das pessoas que se declararam “parda”, e em 2023 apresentou a pior taxa de alfabetização, no qual 11,01% das pessoas dentre o grupo não sabiam ler ou escrever.

Outra pergunta considerada essencial para a análise do nível de educação dos entrevistados é a respeito do nível de instrução de ensino. As categorias informam se os entrevistados possuem nenhuma instrução ou menos de 1 ano de estudo, ensino fundamental completo ou incompleto, ensino médio completo ou incompleto e ensino superior completo ou incompleto, conforme pode-se observar a seguir (Tabela 8).

Tabela 6 – Nível de instrução dos entrevistados (ponderada pelo número da população): PNAD-C primeiro trimestre de 2013 e PNAD-C primeiro trimestre de 2023.

Nível de instrução	Frequência		Percentual	
	2013	2023	2013	2023
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	15.647.685,1	15.148.449,3	8,49	7,56
Fundamental incompleto ou equivalente	74.460.909,2	64.064.143,3	40,41	31,95
Fundamental completo ou equivalente	18.071.939,2	14.870.678,9	9,81	7,42
Médio incompleto ou equivalente	11.968.748,7	14.572.553,6	6,50	7,27
Médio completo ou equivalente	40.688.955,8	53.986.287,9	22,08	26,93

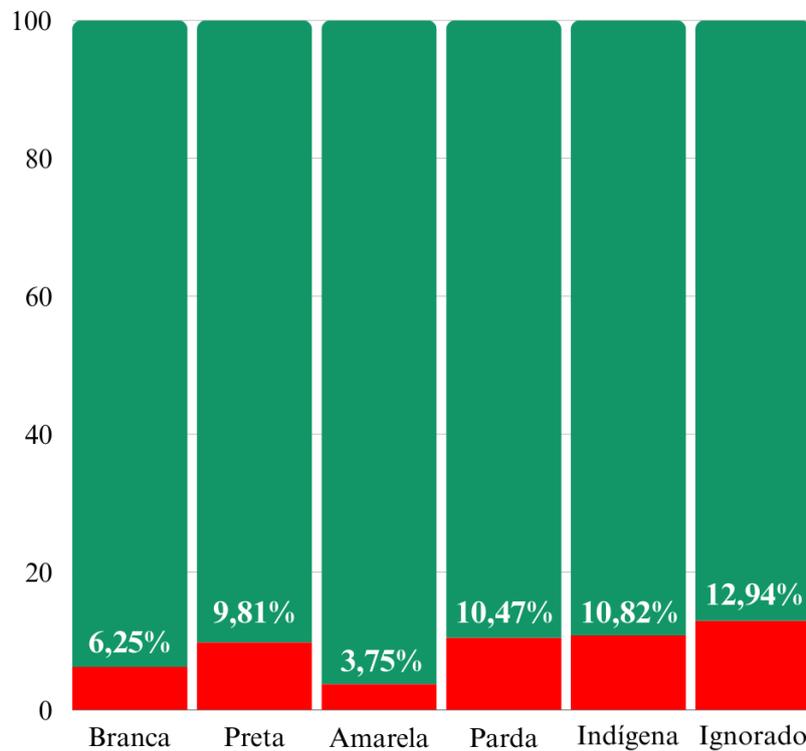
Superior incompleto ou equivalente	7.045.210	9.236.571	3,82	4,61
Superior completo	16.359.674,9	28.605.514,3	8,88	14,27

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

Dados das tabelas 8 demonstram que tanto em 2013 quanto em 2023, as categorias que contavam com o maior número eram as de pessoas com “Fundamental incompleto ou equivalente” e com “Médio incompleto ou equivalente”. Ao separar as pessoas de nível de instrução “Médio completo ou equivalente” ou maior, em 2013 se tinha 34,78% da amostra. Comparando com 2023, tem-se o equivalente a 45,81%, o que representa um aumento significativo de 11,03%, especialmente se levado em consideração o período de apenas 10 anos. Nos extremos da tabela, que consistem em pessoas “Sem instrução e menos de 1 ano de estudo” e pessoas com “Superior completo”, é possível perceber uma melhora em ambos os casos. O percentual de pessoas “Sem instrução e menos de 1 ano de estudo” reduziu em 0,93% e o percentual das pessoas com “Superior completo” aumentaram em 5,39%.

Ao analisar o extremo de cima da tabela - os entrevistados com menor nível de instrução - desta vez os dividindo por cor ou raça, pode-se observar quais grupos apresentam os menores índices de instrução em 2013, conforme ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Entrevistados sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, por cor ou raça (ponderada pelo número da população) – 2013.

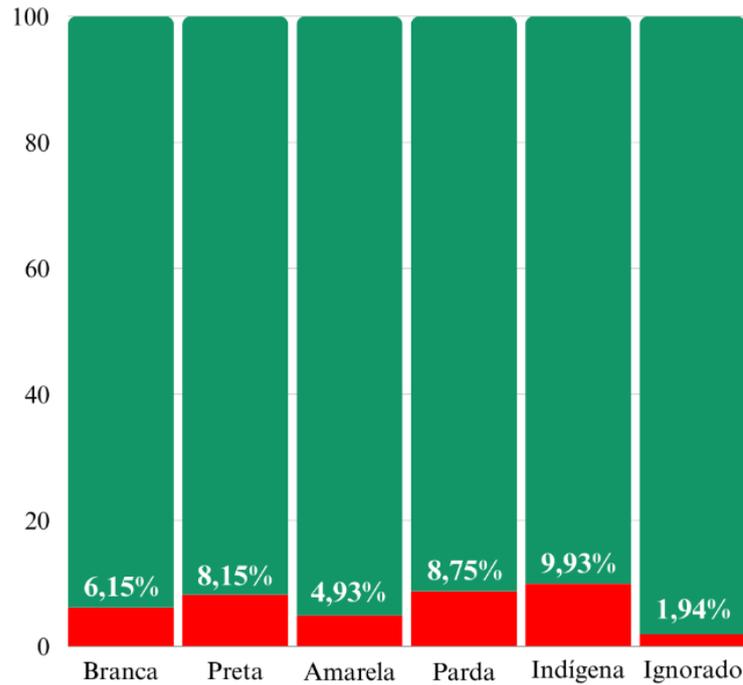


Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua primeiro trimestre de 2013.

É possível notar que a maior parte dos entrevistados “sem instrução e com menos de um ano de estudo” dentre as categorias de cor ou raça são os grupos “ignorado” e “indígena”, com 12,94% e 10,82% respectivamente. A parcela que apresentou o menor índice entre as apresentadas foi a de pessoas intituladas “amarela” com apenas 3,75%, seguida pelas pessoas intituladas “branca” com 6,25%.

Pode-se também comparar os resultados com o mesmo período de 2023, através da imagem a seguir (Figura 4).

Figura 4 – Entrevistados sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, por cor ou raça (ponderada pelo número da população) – 2023.

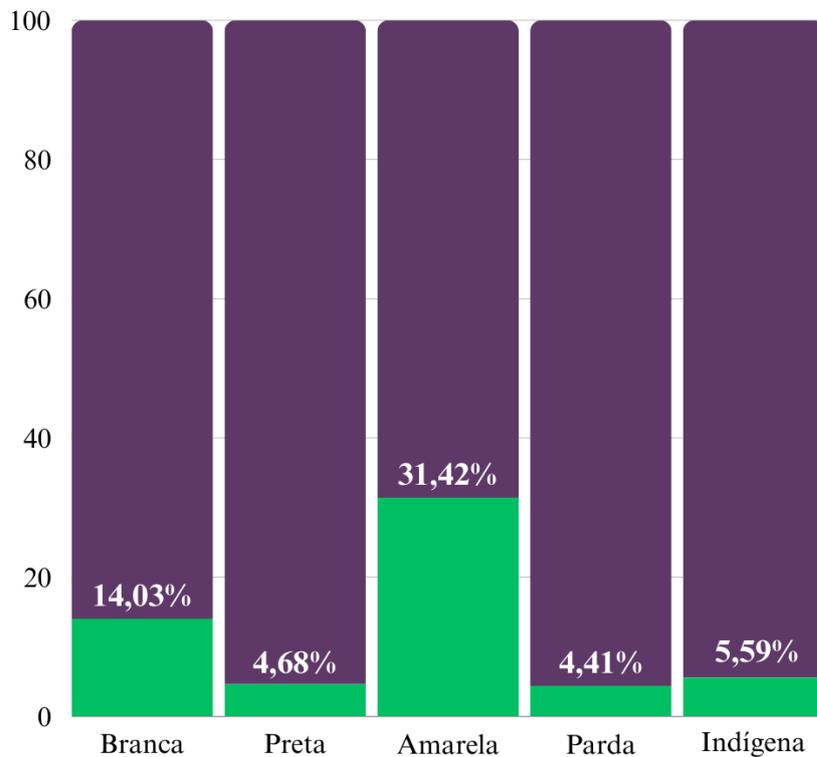


Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

É possível observar que todas as categorias dos entrevistados “sem instrução e com menos de 1 ano de estudo” apresentaram um número menor do que o período de 2013, com exceção da parcela dos declarados “amarela” que era de 3,75% e foi para 4,93%. A categoria “indígena” representou a maior parcela dentre todos os grupos de cor ou raça com o menor nível de instrução, tendo uma redução de 0,89%.

Levando em consideração o outro extremo da tabela - os entrevistados com nível “superior completo” de instrução - separados por cor ou raça, pode-se perceber quais grupos apresentam os maiores índices de instrução em 2013, conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5 – Entrevistados com superior completo, por cor ou raça (ponderada pelo número da população) –2013.

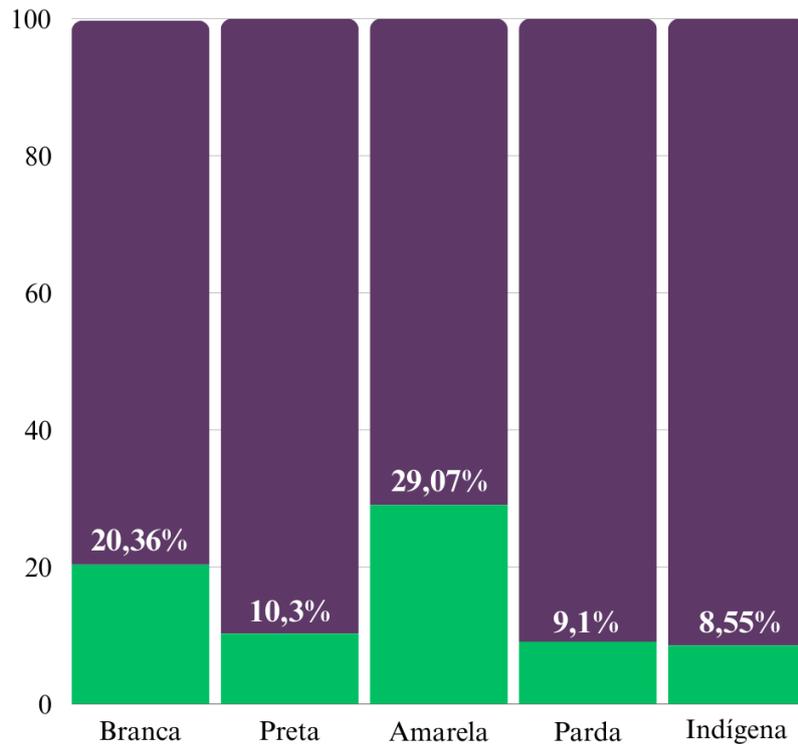


Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua primeiro trimestre de 2013.

É possível notar que o grupo de cor ou raça “amarela” possui um percentual muito grande de pessoas dentre o maior nível de instrução na pesquisa, com 31,42%. A vantagem é mais que o dobro do segundo grupo maior instruído possui, que são as pessoas que se declararam “branca”, com 14,03%. Ao avaliar os entrevistados com ensino superior completo, a categoria “indígena” possui um maior percentual do que “preto” e “pardo”, embora o percentual entre os três grupos seja bastante similar.

Comparando essa mesma categoria com o ano de 2023, é possível perceber algumas mudanças, conforme mostra a imagem a seguir (Figura 6).

Figura 6 – Entrevistados com superior completo, por cor ou raça (ponderada pelo número da população) – 2023.



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

No primeiro trimestre de 2023, a categoria “amarela” continuou tendo o maior percentual de pessoas melhor instruídas. Todavia, demonstrou uma redução de 2,35% em comparação com o período anterior. Todos os demais grupos de cor ou raça demonstraram um aumento no maior nível de instrução da pesquisa, mas o grupo de pessoas autodeclaradas “indígena” passou a ser a categoria que apresenta o menor percentual dentre todos, com apenas 8,55% de sua população amostral.

4.3 Variáveis Econômicas

Nesta seção, foram selecionadas as questões que dizem respeito às condições de ocupação dos entrevistados, além da média de rendimentos.

É possível observar o percentual de pessoas ocupadas e de pessoas desocupadas na semana de referência, conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7 – Condição de ocupação na semana de referência (ponderada pelo número da população): PNAD-C do primeiro trimestre de 2013 e primeiro trimestre de 2023.

Condição de ocupação	Frequência		Percentual	
	2013	2023	2013	2023
Pessoas ocupadas	89.688.113,6	97.824.966,7	91,94	91,21
Pessoas desocupadas	7.865.805	9.431.694	8,06	8,79

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

Em 2023, se comparado a 10 anos anteriores, pode-se observar um nível menor de ocupação, o que equivale a um aumento de 0,73% na taxa de desocupados.

Ao avaliar essa mesma categoria separada por cor ou raça, é possível perceber quais são os grupos que apresentam as maiores e as menores taxas na semana de referência, conforme mostra a tabela abaixo (Tabela 8).

Tabela 8 – Condição de ocupação na semana de referência, por cor ou raça (ponderada pelo número da população): PNAD-C do primeiro trimestre de 2013 e primeiro trimestre de 2023.

Cor ou raça	Frequência		Percentual dentre sua cor ou raça	
	2013	2023	2013	2023
Branca - ocupado	42.669.657,3	43.255.478,3	93,65	93,24
Branca - desocupado	2.892.372	3.136.762	6,35	6,76
Preta - ocupado	6.614.484	11.263.006,4	90,01	88,68
Preta - desocupado	734.406,68	1.437.290	9,99	11,32
Amarela - ocupado	394.964,12	762.792,91	92,57	93,49
Amarela - desocupado	31.683,561	53.098,579	7,43	6,51
Parda - ocupado	39.883.973,6	42.135.801,4	90,49	89,85
Parda - desocupado	4.193.063	4.757.644	9,51	10,15
Indígena - ocupado	123.888,28	389.764,76	89,67	89,91
Indígena - desocupado	14.279,4519	43.720,3778	10,33	10,09
Ignorado - ocupado	1.146,0607	18.122,937	100	85,08

**Ignorado -
desocupado**

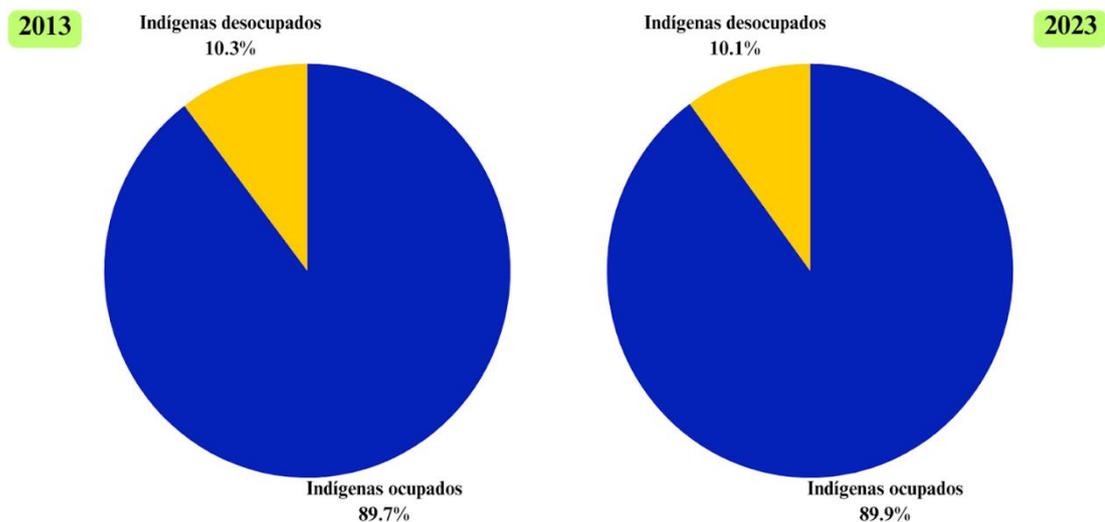
- 3.179,1464

- 14,92

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

Verifica-se que os grupos de pessoas auto intituladas “amarela” e “branca” em ambos os períodos demonstram o maior percentual de ocupação. Em 2013, o grupo com o maior percentual de desocupados foi o de “indígena” com 10,33%, e em 2023 foi o de pessoas pertencentes ao grupo de cor ou raça “preta”, com 11,32%. Levando em consideração a variação nos períodos apenas de pessoas de cor ou raça “indígena”, tem-se a demonstração a seguir (Figura 7).

Figura 7 – Condição de ocupação na semana de referência, por cor ou raça (ponderada pelo número da população).



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2013 e na PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2023.

É possível perceber que, apesar da melhora, a variação é bem pouco significativa. Em ambos os períodos, a média de desocupados entre pessoas declaradas “indígena” é maior do que a média geral de pessoas desocupadas.

Em relação aos rendimentos da população amostral, pode-se observar a seguir a diferença entre os períodos (Tabela 9).

Tabela 9 – Média dos rendimentos da população amostral: PNAD-C do primeiro trimestre de 2013 e primeiro trimestre de 2023.

	Número de observações	Média de rendimentos	Erro padrão	Estatística t
2013	230.813	2.527,75	4,539203	17,794
2023	194.872	2.764,49	9,998715	39,194

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

Pode-se notar que a média de rendimentos amostrais aumentou em R\$236,74 no comparativo de dez anos.

É possível também, mais uma vez, separar a amostra por cor ou raça demonstrando a média de rendimentos de cada categoria, conforme feito a seguir (Tabela 10).

Tabela 10 – Média dos rendimentos da população amostral, por cor ou raça: PNAD-C do primeiro trimestre de 2013 e primeiro trimestre de 2023.

Cor ou raça	Número de observações	Média de rendimentos	Erro padrão	[95% Conf. Interval]
Branca-2013	100.128	3.275,74	8,333673	32,668
Branca-2023	81.261	3.557,67	19,54881	76,631
Preta- 2013	16.125	2.028,12	11,57729	45,385
Preta- 2023	20.914	2.176,097	21,05806	82,551
Amarela-2013	695	5.453,18	192,7808	757,007
Amarela-2023	1.276	3.506,06	135,7768	532,741
Parda- 2013	113.421	1.923,08	4,945923	19,388
Parda- 2023	90.459	2.183,994	10,77183	42,226
Indígena-2013	443	1.878,38	70,39372	276,6957

Indígena- 2023	935	2.052,37	86,11417	338
---------------------------	-----	----------	----------	-----

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua- Primeiro trimestre de 2013 e PNAD Contínua primeiro trimestre de 2023.

Ao avaliar a média de rendimentos da população de todos os agrupamentos de cor ou raça, o único grupo que apresentou uma média menor do que no período inicial da análise foi o de pessoas que se encaixam na categoria “amarela”, com uma redução significativa de R\$1947,12. As pessoas que se declararam “indígena” representaram, tanto em 2013 quanto em 2023, a menor média de rendimentos entre todos, com rendimentos respectivamente de R\$1.878,38 e R\$2.052,37.

Além da análise e comparação dos dados disponíveis em dois períodos distintos da PNAD Contínua, foi comparado também o investimento do Governo na FUNAI, que é o principal órgão responsável em assistir a população indígena no Brasil. De acordo com a Lei Orçamentária Anual nos exercícios de 2013 e 2023, o investimento nominal na FUNAI em 2013 foi de R\$608.840.749,00. O valor real, ou seja, corrigido pelo IPCA é de R\$1.099.967.436,10.

Em 2023, o investimento realizado foi de R\$645.946.477,00. Este número representou uma redução bastante relevante, já que o investimento do governo foi 41,28% menor quando comparado a 2023. O dado se torna ainda mais expressivo quando se coloca em perspectiva o fato de que a população indígena registrou um aumento expressivo em relação ao Censo realizado na última década (conforme já apresentado na introdução do trabalho) - ou seja, é menos dinheiro destinado à mais pessoas - e também levando em consideração a crise humanitária que ganhou relevância internacional e ainda se faz presente na terra indígena Yanomami.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou evidenciar, tanto por meio de análises bibliográficas quanto por meio da análise de dados, que a população indígena brasileira de fato se encontra entre uma das parcelas da população brasileira que mais carece de políticas públicas.

O contexto histórico apresentado - que se inicia no ano de 1500, com o início da colonização no Brasil - mostra que os povos originários sofreram perdas inestimáveis para a sociedade. Os povos indígenas foram vítimas de escravidão, perseguição, extermínio e até o presente momento continuam lutando pela sua sobrevivência. Esse panorama é evidenciado pela crise humanitária instaurada entre os povos yanomami, afetados pelo garimpo ilegal e que, conforme descrito no trabalho, é um cenário que volta a se repetir décadas depois.

Os dados coletados ajudam a mostrar que, no que diz respeito às variáveis educacionais e econômicas, os indígenas em ambos recortes temporais estão sempre entre as parcelas com os menores índices de educação e de emprego. O cenário, tanto no passado quanto no presente é que grande parcela dos povos originários vivem de tal maneira que não são oferecidos a opção de serem completamente integrados à sociedade - ou seja, muitos indivíduos indígenas têm um acesso parcial ou completamente reduzido às oportunidades de educação, emprego, saúde e consequentemente à uma qualidade de vida maior - mas também são afetados negativamente através de invasões e destruição de suas terras, além do preconceito, descaso e violência praticados para com eles pelos poderes públicos e pela sociedade civil, tendo em vista também que pouco ou nada se fala disso (Jesus, 2011).

O papel governamental também é de extrema importância e deve ser questionado, pois é possível observar que não apenas se foi permitido que os povos originários sofressem os mais variados tipos de violência, mas também em diversos momentos o governo foi o principal incentivador para que isso acontecesse. Também deve ser dito que, conforme apresentado no trabalho, foi-se feito mais investimento anteriormente, quando não se tinha uma situação tão crítica afetando os povos originários, e uma população menor. Cabe então que se destine maior investimento, além da criação de políticas públicas específicas para a população indígena brasileira, a fim de proporcionar possibilidades de maior qualidade de vida e bem-estar social.

Ademais, pode-se afirmar também que, pelo fato da PNAD Contínua se tratar de uma pesquisa amostral, o número de entrevistados é muito baixo quando comparado ao número de habitantes do país, logo é insuficiente e incapaz de representar com exatidão a realidade dos povos originários, que por si só já difere bastante dentre todas as diferentes comunidades espaçadas por toda extensão brasileira. Outra delimitação da pesquisa a se considerar é a

dificuldade enfrentada para a coleta de dados das populações indígenas, pois muitas vivem afastadas e até isoladas das cidades, o que torna o acesso e o contato muito mais complicado. Por esses mesmos motivos de afastamento e isolamento, o acesso à educação, à saúde e outras necessidades básicas pelos povos originários também são dificultados.

Também vale ressaltar que, apesar de ser uma problemática que engloba várias áreas distintas, existem poucos estudos acerca do tema, especialmente na área de economia. É necessário que se fale mais sobre políticas públicas específicas que possam assistir melhor os povos originários, além de trabalhos que busquem apontar através de dados ou modelos econométricos o quanto essa população é marginalizada e carece de assistência.

Recomenda-se, portanto, uma atenção maior à problemática na qual os povos indígenas estão inseridos, e inclusive se sugere como tema de estudo uma análise dos microdados do Censo de 2022, tanto individual quanto em comparação com o censo de outros períodos, a fim de verificar a mudança no cenário brasileiro dos povos indígenas. Tal análise permitirá uma compreensão muito mais detalhada e minuciosa da conjuntura atual, o que possibilitará mais embasamento para a criação de políticas públicas e programas sociais visando atender os povos indígenas.

REFERÊNCIAS

APROVADO No Senado, Marco Temporal Para Terras Indígenas Segue Para Sanção. **Senado Federal**, 27 de setembro de 2023. Disponível em:

<www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/27/aprovado-no-senado-marco-temporal-para-terras-indigenas-segue-para-sancao>. Acesso em: 10 fev. 2024.

NOTA Oficial Da Funai Sobre O Enfrentamento à Crise Yanomami. **Fundação Nacional Dos Povos Indígenas**. Disponível em: <www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/nota-oficial-da-funai-sobre-o-enfrentamento-a-crise-yanomami>. Acesso em 20 ago. 2023.

O QUE É O IDH. United Nations Development Programme. UNDP, 2013. Disponível em: <www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh>. Acesso em: 1º fev. 2024.

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. **Human Development Index: Methodology and Measurement**. 1994.

BASTA, Paulo Cesar. Gold Mining in the Amazon: The Origin of the Yanomami Health Crisis. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 39, n. 12, 1 jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311xen111823>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BELTRÃO, Jane Felipe. Relatório Figueiredo: atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais. Mórula Editorial, 2022.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014. 976 p.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Divergência de dados sobre COVID-19 na população indígena dificulta medidas efetivas de proteção**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1357-divergencia-de-dados-sobre-covid-19-na-populacao-indigena-dificulta-medidas-efetivas-de-protecao>>. Publicado em: 03 de setembro de 2020. Acesso em: 27 jul. 2023.

DA SILVA, Reijane Pinheiro; DOURADO, Denise Gomes. Saneamento e saúde em terras indígenas. **Tellus**, p. 103-122, 2019.

DE OLIVEIRA FILHO, João Pacheco; DA ROCHA FREIRE, Carlos Augusto. **A presença indígena na formação do Brasil**. UNESCO, 2006.

DUTRA, Marcos Keylon Mendonça *et al.* Desigualdade de raça/cor e estado nutricional de crianças beneficiárias do programa bolsa família no Maranhão e Brasil. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 16, p. 60362, 2021.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 85-116, 1991.

FÉLIX, Ana Cláudia et al. Educação indígena. **Atuação Docente na Diversidade**, p. 20, 2017.

FELLOWS, Martha et al. **Não são número, são vidas!: A ameaça da Covid-19 aos povos indígenas na Amazônia Brasileira**. 2020.

FUNAI. **Quem São**. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>> Acesso em: 15 ago. 2023.

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 40, p. 201-234, 2006.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. **IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005.

IBGE. **Brasil 500 anos**. IBGE, c2023. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

IBGE. **Censo 2010: População Indígena é de 896,9 Mil, tem 305 Etnias e Fala 274 Idiomas**. 10 ago. 2012, editado em 23 jun. 2023. Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14262-asi-censo-2010-populacao-indigena-e-de-8969-mil-tem-305-etnias-e-fala-274-idiomas. Acesso em: 19 fev. 2024.

IBGE. **Estudos especiais**. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3.html>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

JESUS, Zeneide Rios de. **Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito**. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 2011.

LUZ, Lídia. **Outros 500: construindo uma nova história**. Editora Salesiana, 2001.

MARINHO, Gerson Luiz et al. Saneamento básico em domicílios indígenas de áreas urbanas da Amazônia Legal, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, p. 177-186, 2021.

MAURO, Victor Ferri. **Aspectos críticos da ação tutelar do Serviço de Proteção aos Índios frente ao povo terena**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-21, maio/agosto 2021.

MORO, Suelena Cristina. FASSHEBER, José Ronaldo Mendonça. **Marco Temporal e o impacto na vida das comunidades indígenas**. Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação, Paranaguá, v. 5, n. 1, p. 78-86, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/raei/article/view/8088/5567>>. Acesso em: 8 de ago. 2023.

OSBERG, Lars; SHARPE, Andrew. **An index of economic well-being for selected OECD countries**. Review of Income and Wealth, San Francisco, v. 48, n. 3, p. 291-316, 2002.

PARETO, Vilfredo. **Os Economistas**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1996.

PORTAL MEC. **O governo brasileiro e a educação escolar indígena**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gbeei.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

PORTAL TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO. Disponível em: <<https://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos/30202-fundacao-nacional-do-indio>>. Acesso em: 9 ago 2023.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Localização e extensão das Tis**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

RODRIGUES, Marco Antonio. RODRIGUES, Andréa Lúcia Cavarro. URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera. **Considerações Jurídico-Antropológicas Acerca Da Tese Do Marco Temporal: O Caso Da Terra Indígena Limão Verde**. Revista de Direito Socioambiental – REDIS, Dossiê “Povos, territórios e direitos: diálogos socioambientais”, Goiás – GO, Brasil, n. 01, 2023, p. 54-78.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Boletim Yanomami - 13 de março de 2023**. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/03/boletim-yanomami-13mar23>>. Acesso em: 5 ago. 2023.

SESAI. **Painel de Fornecimento e Monitoramento da Qualidade da Água**. Disponível em: <https://painelms.saude.gov.br/extensions/sesai_mqai_23/sesai_mqai_23.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

UNDP (United Nations Development Programme). **Human Development Report 2021-22: Uncertain Times, Unsettled Lives: Shaping our Future in a Transforming World**. New York, NY 10017 USA, 2022. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

UNITED NATIONS. **Indigenous people, indigenous voices: Who are indigenous people?** United Nations: Permanent Forum of Indigenous Issues, [s.d.]. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/5session_factsheet1.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

UNITED NATIONS. **Indigenous Peoples at the United Nations**. United Nations, [s.d.]. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/about-us.html>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

VIDIGAL, Cláudia Bueno Rocha; KASSOUF, Ana Lucia; VIDIGAL, Vinícius Gonçalves. **Índice de Bem-Estar Econômico: uma proposta para os estados brasileiros**. Análise Econômica, v. 35, n. 68, 2017.

WOLFFENBUTTEL, Andréa. **O que é? - Índice de Gini**. IPEA – Desafios do Desenvolvimento, 1 de novembro de 2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 28 jan. 2024.

WWF-Brasil. Amazônia Possui Mais de 4 Mil Garimpos Ilegais, Mostra Estudo da OTCA Com WWF-Brasil. 21 ago. 2023. Disponível em:

<http://www.wwf.org.br/?86661/Amazonia-possui-mais-de-4-mil-garimpos-ilegais-mostra-estudo-da-OTCA-com-WWF-Brasil>. Acesso em: 8 fev. 2024.